



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Eixo temático: Trabalho, Questão Social e Serviço Social

Sub-eixo: Trabalho e expressões da questão social

PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO E O AGRAVAMENTO DA QUESTÃO SOCIAL: UMA ANÁLISE DO RETROCESSO CAUSADO PELA EXTREMA DIREITA NO COTIDIANO DAS FAMÍLIAS BRASILEIRAS.

FELIPE VINICIUS MENDONCA DA SILVA¹

MESSIAS PINHEIRO DE OLIVEIRA²

PEDRO HENRIQUE ARAÚJO DE SENA³

RESUMO

Este artigo analisa o impacto da ascensão da extrema direita no Brasil sob a perspectiva do materialismo histórico-dialético, destacando os retrocessos sociais e políticos resultantes desse fenômeno. Exploramos como a reconfiguração ideológica e das massas têm sido utilizadas para consolidar o poder da extrema direita, desviando a atenção dos problemas estruturais e perpetuando a exploração capitalista. Além disso, discutimos como as políticas neoliberais promovidas por esses grupos intensificam a precarização do trabalho e ampliam a desigualdade. O artigo também aborda a convivência com políticas neoliberais dentro do governo atual de Lula, argumentando que essa postura contradiz os princípios progressistas e destaca a necessidade de vigilância e mobilização contínuas para reverter os retrocessos e promover uma sociedade mais justa e igualitária.

Palavras-chave: Extrema Direita, Neoliberalismo, Precarização do Trabalho.

ABSTRACT

This article analyzes the impact of the rise of the far right in Brazil from the perspective of historical-dialectical materialism, highlighting the social and political setbacks resulting from this phenomenon. We explore how the ideological reconfiguration and mass mobilization have been used to consolidate the far right's power, diverting attention from structural problems and perpetuating capitalist exploitation. Additionally, we discuss how the neoliberal policies

¹ Universidade Regional do Cariri

² Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará

³ Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará

promoted by these groups intensify labor precarization and widen inequality. The article also addresses the complicity with neoliberal policies within the current Lula administration, arguing that this stance contradicts progressive principles and underscores the need for continuous vigilance and mobilization to reverse setbacks and promote a fairer and more equitable society.

Keywords: Far Right, Neoliberalism, Labor Precarization.

1 INTRODUÇÃO

O ressurgimento da extrema direita no cenário político brasileiro tem suscitado amplas discussões e preocupações entre acadêmicos e analistas políticos. Sob a ótica do materialismo histórico-dialético, é imperativo examinar como este fenômeno não apenas se enraíza nas estruturas socioeconômicas do país, mas também catalisa retrocessos profundos no campo legislativo, impactando diretamente a luta de classes, a dinâmica social e reprodução das relações sociais e estratégias de manutenção do poder. Este artigo busca explorar esses retrocessos, destacando como a extrema direita, ao obter significativo poder no Congresso Nacional, promove políticas que intensificam a desigualdade e desmantelam conquistas históricas dos trabalhadores e das camadas mais vulneráveis da sociedade.

Para isso, entre outros, recorreremos aos trabalhos de Jesse de Souza e Ricardo Antunes, cujas análises são fundamentais para compreender a complexa interseção entre política, economia e sociedade no Brasil contemporâneo. De Souza nos alerta para a manipulação das emoções e do ressentimento das massas como uma estratégia central para a ascensão da extrema direita, que utiliza tais táticas para mascarar interesses elitistas e perpetuar a exploração capitalista. Antunes, por sua vez, oferece uma visão crítica sobre como o neoliberalismo, promovido por essas forças políticas, aprofunda a precarização do trabalho e anula direitos laborais duramente conquistados.

A análise que segue pretende desvelar como o avanço da extrema direita no legislativo brasileiro representa não apenas uma ameaça imediata à democracia e aos direitos sociais, mas também uma reconfiguração regressiva das relações de poder e das estruturas econômicas. Compreender esse movimento sob a lente do materialismo histórico-dialético nos permite desvendar as raízes materiais e ideológicas desse fenômeno, oferecendo uma base sólida para a resistência e a luta por uma sociedade mais justa e igualitária.

2 A Reconfiguração Ideológica e a Mobilização das Massas: Estratégias da Extrema Direita

A ascensão da extrema direita no Brasil tem sido marcada por uma reconfiguração ideológica que mobiliza as massas em torno de discursos populistas e conservadores. Essas estratégias não só desviam a atenção dos problemas estruturais e econômicos, mas também atacam diretamente a classe trabalhadora, exacerbando as desigualdades e as expressões da questão social. Segundo Jessé de Souza, a extrema direita utiliza "uma estratégia de manipulação das emoções e do ressentimento das massas" para consolidar seu poder e avançar uma agenda elitista (SOUZA, 2017).

As pautas promovidas pela extrema direita frequentemente incluem ataques a direitos trabalhistas e sociais, enfraquecimento de sindicatos e implementação de políticas neoliberais que beneficiam as elites econômicas em detrimento dos trabalhadores. Ricardo Antunes argumenta que essas políticas "aprofundam a precarização do trabalho e desmantelam conquistas históricas da classe trabalhadora" (ANTUNES, 2018). Exemplos disso são as reformas trabalhista e previdenciária aprovadas recentemente, que flexibilizaram as relações de trabalho, aumentaram a informalidade e dificultaram o acesso a benefícios sociais.

Essas reformas, promovidas sob a bandeira de modernização e eficiência econômica, na verdade, intensificam a exploração capitalista. A flexibilização das leis trabalhistas permite que empresas aumentem seus lucros reduzindo custos com mão de obra, ao mesmo tempo que deixam os trabalhadores mais vulneráveis a demissões e redução de direitos. Isso cria uma classe de trabalhadores precarizados, sem garantias e sem perspectivas de ascensão social" (ANTUNES, 2018).

Além disso, a retórica da extrema direita muitas vezes inclui ataques a minorias e grupos marginalizados, utilizando discursos de ódio e intolerância para dividir a sociedade. Isso não só desvia a atenção dos verdadeiros problemas socioeconômicos, mas também cria um ambiente de conflito e medo, que pode ser explorado politicamente. De Souza observa que "o uso do ressentimento e do ódio como ferramentas políticas é uma forma eficaz de manter a elite no poder, desviando a culpa das crises econômicas e sociais para bodes expiatórios convenientemente escolhidos" (SOUZA, 2017).

Essas estratégias têm um impacto profundo nas expressões da questão social. A precarização do trabalho, aliada ao aumento da desigualdade e à divisão social fomentada por discursos de ódio, agrava as condições de vida das camadas mais vulneráveis da população. A ausência de políticas públicas efetivas para combater a pobreza e a exclusão social, substituídas

por políticas neoliberais de austeridade, resulta em uma "sociedade cada vez mais desigual, onde os ricos ficam mais ricos e os pobres são cada vez mais marginalizados" (ANTUNES, 2018).

Portanto, a reconfiguração ideológica promovida pela extrema direita não apenas serve para consolidar seu poder político, mas também para intensificar a exploração e a desigualdade dentro da sociedade. A mobilização das massas em torno de discursos conservadores e de ódio desvia a atenção das verdadeiras causas dos problemas socioeconômicos e legitima a implementação de políticas que beneficiam uma pequena elite em detrimento da maioria da população. É crucial que se reconheça essas estratégias e se mobilize uma resistência efetiva para reverter esses retrocessos e lutar por uma sociedade mais justa e igualitária.

2.1 Ataques do Governo Lula Durante a Greve Discente como Ferramenta de Fortalecimento da Retórica da Direita

O governo de Luiz Inácio Lula da Silva, historicamente associado à luta pelos direitos dos trabalhadores e à implementação de políticas sociais progressistas, tem enfrentado críticas significativas por ações que, paradoxalmente, fortalecem a retórica da direita. Um exemplo notável disso é a forma como lidou com as greves discentes em diversas universidades brasileiras durante o primeiro semestre de 2024.

No período grevista (primeiro semestre 2024), a resposta do governo Lula incluiu intervenções consideradas autoritárias, entre elas cita-se a constata falta de diálogo com os sindicatos, a tentativa de descredibilização do Andes-SN (esse através de uma estratégia rasteira, usando uma entidade sem representatividade para tentar pôr fim ao movimento grevista) e por intermédio dos pronunciamentos ofensivos por parte do ministro da educação Camilo Santana (PT – CE) e do próprio presidente Lula. Essas ações são vistas por muitos como uma traição aos princípios históricos do Partido dos Trabalhadores (PT) e têm sido amplamente exploradas pela direita para justificar suas próprias agendas conservadoras.

Jessé de Souza argumenta que "a manipulação do ressentimento e a criação de bodes expiatórios são estratégias centrais para a manutenção do poder da elite" (SOUZA, 2017). Nesse contexto, a resposta do governo às greves oferece munição para a extrema direita, que usa esses episódios para pintar o PT como hipócrita e autoritário. A retórica de que o governo Lula não respeita as liberdades democráticas e reprime movimentos sociais ressoa fortemente entre os conservadores, fortalecendo suas narrativas.

Além disso, a repressão às greves discentes pode ser interpretada como um alinhamento com políticas neoliberais que priorizam a estabilidade econômica em detrimento dos direitos estudantis e trabalhistas. Ricardo Antunes destaca que "a adoção de medidas de austeridade e a repressão aos movimentos sociais são características típicas de governos que favorecem os interesses do capital em detrimento dos trabalhadores e dos estudantes" (ANTUNES, 2018). Ao agir de maneira contrária às expectativas progressistas, o governo Lula inadvertidamente valida os argumentos da direita de que mudanças estruturais mais profundas são necessárias – mudanças que, sob a perspectiva da direita, devem ir na direção de um estado mais enxuto e menos intervencionista.

A direita utiliza esses episódios para promover a ideia de que mesmo os governos que se apresentam como progressistas não conseguem lidar com a pressão social sem recorrer a medidas autoritárias. Isso não só descredibiliza o governo Lula, mas também enfraquece a confiança na viabilidade de alternativas de esquerda, criando um terreno fértil para a ascensão de políticas conservadoras que prometem ordem e controle.

Ademais, a maneira como o governo lidou com as greves discentes tem implicações diretas para a questão social. A repressão das greves e a judicialização dos movimentos estudantis não apenas desmotivam a participação política dos jovens, mas também agravam a precarização da educação pública, que já sofre com cortes de verbas e falta de investimento. A desmobilização estudantil enfraquece um importante setor da sociedade que historicamente tem lutado por justiça social e igualdade, o que, por sua vez, facilita a implementação de políticas neoliberais que beneficiam a elite econômica.

Assim, a resposta do governo Lula às greves discentes serviu como uma ferramenta de fortalecimento da retórica da direita, ao deslegitimar a luta estudantil e pintar o governo como incapaz de sustentar suas próprias promessas progressistas sem recorrer à repressão. Esse cenário contribui para um ciclo de desconfiança e descrença nas alternativas de esquerda, facilitando a ascensão de movimentos de extrema direita que se apresentam como a solução para a instabilidade e o descontentamento social. É fundamental que movimentos sociais e progressistas se mobilizem para contestar essas narrativas e construir uma resistência eficaz, que promova a verdadeira justiça social e a defesa dos direitos estudantis e trabalhistas.

3 O Neoliberalismo, Precarização do Trabalho e o agravamento da questão social

O neoliberalismo, uma doutrina econômica que advoga pela redução do papel do Estado na economia, privatização de empresas estatais, desregulamentação de mercados e liberalização

do comércio, tem avançado significativamente no legislativo brasileiro. Este avanço tem impactado diretamente na precarização do trabalho e no agravamento da questão social no país.

No Brasil, o avanço do neoliberalismo no legislativo se manifesta em meio a eleição de parlamentares de extrema direita e formação de bancadas que defendem temas reacionários e conservadores. Eles promovem uma agenda que visa reduzir a intervenção estatal na economia e flexibilizar leis trabalhistas e sociais. Entre as principais pautas defendidas, destacam-se:

A reforma trabalhista, aprovada em 2017, que permitiu a terceirização irrestrita, inclusive da atividade-fim, e estabeleceu que o negociado prevalece sobre o legislado, permitindo que acordos entre empregadores e empregados prevaleçam sobre a legislação. Isso resultou na redução de direitos trabalhistas e na criação do contrato de trabalho intermitente, onde trabalhadores recebem apenas pelas horas trabalhadas, sem garantias de remuneração mínima mensal.

A reforma da Previdência, aprovada em 2019, estabeleceu uma idade mínima para aposentadoria e aumentou o tempo de contribuição necessário, dificultando o acesso aos benefícios. Além disso, modificou a fórmula de cálculo das aposentadorias e pensões, resultando em valores menores para os beneficiários. Não o bastante, a agenda neoliberal inclui a privatização de empresas estatais, como a Eletrobras e os Correios, com o argumento de reduzir o tamanho do Estado e atrair investimentos privados. No entanto, essas privatizações frequentemente resultam na perda de empregos e na precarização dos serviços.

Propostas de reforma administrativa tinham como objetivo expropriação os direitos dos servidores públicos, reduzindo a estabilidade e os benefícios, com o argumento de tornar o setor público mais eficiente. No entanto, essa flexibilização pode levar à precarização das condições de trabalho dos servidores.

Os impactos dessas medidas na classe trabalhadora e na questão social são profundos, a exemplo questões como a flexibilização das leis trabalhistas, que culminou aumentando significativamente o número de empregos informais e temporários, com menores salários e menos benefícios, resultando em maior insegurança econômica para os trabalhadores. As reformas e privatizações beneficiam setores específicos da economia e a elite financeira, enquanto a maioria da população enfrenta condições de trabalho mais precárias, aumentando a desigualdade social, além da redução dos direitos sociais e trabalhistas e o acesso mais difícil à previdência, muitas famílias enfrentam maiores dificuldades financeiras, agravando a pobreza e a exclusão social. As medidas neoliberais enfraquecem o papel do Estado na garantia de direitos sociais, como saúde,

educação e assistência social, comprometendo a qualidade e o acesso a esses serviços para a população mais vulnerável .

Em suma, o avanço do neoliberalismo no legislativo brasileiro resultou em reformas e medidas que flexibilizam a economia e reduzem a intervenção estatal. Embora promovam uma maior liberalização econômica, essas mudanças precarizam o trabalho e agravam a questão social, aumentando a desigualdade e a pobreza. A resistência e a mobilização da sociedade civil e dos movimentos sociais são essenciais para assegurar um futuro mais justo e igualitário.

3.1 Trabalho Precarizado, Terceirizado e Intermitente.

A terceirização e o trabalho intermitente são duas das principais formas pelas quais a reforma trabalhista de 2017 tem impactado a qualidade do emprego no Brasil, exemplificando como a agenda neoliberal se materializa na prática. A legislação aprovada em 2017 permitiu que empresas terceirizassem não apenas atividades-meio, como limpeza e segurança, mas também atividades-fim, aquelas diretamente ligadas à principal função da empresa. Essa mudança foi justificada pelo governo e por defensores neoliberais como uma maneira de aumentar a eficiência e reduzir custos operacionais.

No entanto, os críticos argumentam que a terceirização irrestrita leva à precarização das condições de trabalho. Trabalhadores terceirizados frequentemente recebem salários mais baixos, têm menos benefícios e enfrentam maior insegurança no emprego comparado aos trabalhadores diretos. Estudos mostram que a rotatividade de emprego é maior entre trabalhadores terceirizados, o que pode resultar em uma força de trabalho menos experiente e menos qualificada.

O contrato de trabalho intermitente foi outra inovação introduzida pela reforma trabalhista, permitindo que empregadores contratem trabalhadores para jornadas esporádicas, pagando apenas pelas horas efetivamente trabalhadas. Isso foi promovido como uma forma de flexibilizar o mercado de trabalho e criar mais oportunidades de emprego, especialmente em setores como comércio e serviços.

Contudo, na prática, o trabalho intermitente tem sido criticado por criar empregos instáveis e mal remunerados. Trabalhadores intermitentes enfrentam dificuldades para planejar suas finanças e têm acesso limitado a benefícios tradicionais como férias, 13º salário e FGTS. Além disso, a renda mensal desses trabalhadores pode ser extremamente variável, o que



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

aumenta a vulnerabilidade econômica. Essas reconfigurações trabalhistas e flexibilização no mercado de trabalho aumentam a informalidade e a fragilidade dos vínculos empregatícios como nos alerta Cacciamali “apud” Barreto (2003):

“Assim, no momento contemporâneo, tendo em vista as transformações estruturais na produção e nas instituições que estão se manifestando no âmbito global, nas regiões e localidades, o Processo de Informalidade deve ser associado às diferentes formas de inserção do trabalho que se originam dos processos de reformatação das economias mundial, nacional e locais. Essas formas, sejam elas novas, recriadas ou ampliadas, devem ser tipificadas, de tal forma a constituírem em si mesmas categorias de análise, embora o exame sobre seu comportamento e evolução deva ser sempre referenciado ao processo de desenvolvimento econômico, social e político em andamento.” (Cacciamali, 2000)

A implementação de terceirização irrestrita e trabalho intermitente tem amplas consequências sociais e econômicas. Do ponto de vista social, essas formas de contratação exacerbam a insegurança no emprego e contribuem para o aumento da desigualdade social. Trabalhadores em condições precárias têm menos capacidade de consumo, o que pode afetar negativamente a economia como um todo.

Economicamente, a precarização do trabalho pode levar a uma redução na qualidade de produtos e serviços, já que trabalhadores menos motivados e com menos benefícios tendem a ser menos produtivos. Além disso, a alta rotatividade e a falta de formação continuada entre trabalhadores terceirizados e intermitentes podem afetar a competitividade das empresas no longo prazo.

As diversas alterações na legislação trabalhista e a fetichização do mercado faz emergir uma crise no campo do direito do trabalho, para Druck, 2011:

“A fetichização do mercado tem orquestrado e decretado uma “crise do Direito do Trabalho”, questionando a sua tradição e existência, o que se expressa no ataque às formas de regulamentação do Estado, cujas leis trabalhistas e sociais têm sido violentamente condenadas pelos “princípios” liberais de defesa da flexibilização, como processo inexorável trazido pela modernidade dos tempos de globalização.”

Nesse sentido, existe correntes antagônicas no campo do debate sobre o direito ao trabalho, alguns que defendem e reconhece as disparidades econômicas da classe trabalhadora na sociedade capitalista e outros na perspectiva liberal defendem o livre arbítrio e individualidade do trabalhador, sem considerar suas condições objetivas de sobrevivência. Conforme Druck, 2011:

“O debate entre os profissionais e especialistas do tema reflete opiniões que se dividem: há os que sustentam a defesa do Direito do Trabalho e seu princípio protetor, reconhecendo a



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

desigualdade e a inferioridade econômica dos trabalhadores na sociedade capitalista, mais forte na era atual, o que exige, portanto, mais direitos e proteção social; e há aqueles que, em nome dos princípios liberais, afirmam o respeito à individualidade do trabalhador, que, ao “depende” do Estado (pela estrutura dos direitos sociais), estaria supostamente impedido de desenvolver as suas qualidades e atributos livremente no trabalho, dificultando, dessa forma, o próprio desenvolvimento do mercado capitalista na atual conjuntura de desregulamentação mundial”

3.2 Crescente demandas das Famílias Brasileiras por Políticas Sociais

As crescentes demandas das famílias brasileiras por políticas sociais refletem as profundas transformações socioeconômicas pelas quais o Brasil tem passado nas últimas décadas. O aumento da desigualdade, a instabilidade econômica e a precarização do trabalho têm pressionado as famílias a buscar maior suporte do Estado para garantir direitos básicos, como saúde, educação, moradia e segurança alimentar.

Essas demandas estão ligadas ao enfraquecimento das redes tradicionais de apoio, como a família extensa e a comunidade, que, historicamente, desempenharam papéis fundamentais na proteção social. À medida que as cidades se expandem e as dinâmicas familiares mudam, o Estado é cada vez mais chamado a suprir as lacunas deixadas por essas redes. Além disso, a formalização do mercado de trabalho e o aumento da participação feminina na economia criaram novas necessidades, como a oferta de creches e a ampliação da licença-maternidade. As famílias, especialmente as de baixa renda, enfrentam maiores desafios para equilibrar o trabalho e a vida doméstica, o que intensifica a demanda por políticas sociais que ofereçam suporte a essas dinâmicas.

O impacto da pandemia de COVID-19 também não pode ser ignorado. Ela exacerbou a vulnerabilidade de muitas famílias, ampliando a percepção da importância de uma rede de proteção social robusta e acessível. O auxílio emergencial, por exemplo, mostrou-se vital para a sobrevivência de milhões de brasileiros, evidenciando a necessidade de políticas que garantam uma renda mínima para os mais vulneráveis.

Portanto, as crescentes demandas das famílias brasileiras por políticas sociais são um reflexo direto das mudanças econômicas, sociais e culturais do país. Elas destacam a urgência de um Estado mais presente e eficaz na promoção do bem-estar social, capaz de responder às complexas necessidades da população e garantir um futuro mais justo e igualitário para todos.

4 CONCLUSÃO

A precarização do trabalho e o agravamento da questão social no Brasil contemporâneo são resultados diretos das políticas promovidas pela extrema direita, que servem aos interesses das elites econômicas e intensificam a exploração da classe trabalhadora. Sob a ótica do materialismo histórico-dialético, conforme proposto por Marx, a luta de classes se revela essencial

para resistir a esses retrocessos. A extrema direita, ao dismantlar direitos trabalhistas e implementar reformas que acentuam a desigualdade, reforça as contradições intrínsecas do capitalismo, aprofundando a exclusão social e precarizando o cotidiano das famílias brasileiras.

As expressões da questão social perpassam por todas as políticas sociais e o fortalecimento da perspectiva neoliberal na gestão pública. A precarização do trabalho, a terceirização irrestrita e o trabalho intermitente, elementos centrais da reforma trabalhista de 2017, ilustram como a agenda neoliberal tem promovido a flexibilização das relações de trabalho no Brasil. Embora essas medidas sejam apresentadas como formas de modernizar a economia e aumentar a eficiência, seus impactos negativos sobre a qualidade do emprego e a segurança econômica dos trabalhadores são significativos. A resistência e a mobilização contra essas formas de precarização são essenciais para garantir melhores condições de trabalho e uma maior justiça social.

Marx nos ensina que a história da humanidade é marcada pela luta entre classes sociais antagonistas, e é dentro dessa dialética que devemos situar a reação contra os avanços neoliberais e conservadores da extrema direita. As políticas regressivas não apenas servem para fortalecer o capital em detrimento do trabalho, mas também intensificam as expressões da questão social, como o desemprego, a informalidade e a pobreza. A luta de classes, portanto, não é apenas uma necessidade teórica, mas uma prática urgente e concreta para combater o retrocesso imposto à classe trabalhadora.

Nesse sentido, o enfrentamento à extrema direita e suas políticas de precarização requer uma mobilização organizada da classe trabalhadora, sindicatos, movimentos sociais e demais setores progressistas. A construção de uma resistência sólida e consciente é fundamental para reverter os retrocessos e lutar por uma sociedade mais justa e igualitária. Só através da luta coletiva será possível avançar na superação das contradições sociais e econômicas impostas pelo sistema capitalista e seus defensores.

REFERÊNCIAS

ABRAMIDES, Maria Beatriz. **Movimentos Sociais e Serviço Social: Uma Relação Necessária**. São Paulo. Editora Cortez, 2014.

ANTUNES, Ricardo. **O Privilégio da Servidão**. São Paulo. Editora Boitempo, 2020.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

ANTUNES, Ricardo. **Capitalismo Pandêmico**. São Paulo. Editora Boitempo, 2022.

BOITO JR, Armando. **Dilma, Temer e Bolsonaro: crise, ruptura e tendências na política brasileira**. Coleção Párias Ideias: Orgs. Antônio Camêlo; Virgínio Gouveia. – Goiânia-GO: Editora Phillos Academy, 2020.

DRUCK, Graça, **Trabalho, Precarização e Resistências: Novos e velhos desafios?** Caderno CRH, Salvador. V.24,spe 01. P.37-57, 2012.

Barreto, Theo da Rocha. **A precarização do trabalho e da vida dos novos trabalhadores informais: o trabalho flexível nas ruas de Salvador**. Monografia, UFBA, Salvador, 2003.

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital**. São Paulo: Boitempo, 2018.

Souza, Jessé

SOUZA, Jessé. **A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato**. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

Alves, Giovanni. "**Reforma Trabalhista: Impactos e Consequências**." Revista da Faculdade de Direito da UERJ, 2018.

Silva, José Aparecido da. "**A Reforma da Previdência e Seus Efeitos na População Brasileira**." Cadernos de Saúde Pública, 2020.

Carvalho, Lara. "**Privatizações no Brasil: Um Estudo sobre os Efeitos na Economia**."

Mendes, Felipe. "**Reforma Administrativa: Prós e Contras**." Revista de Administração Pública*, 2019.

Oliveira, Ana Clara. "**A Precarização do Trabalho no Brasil Pós-Reforma Trabalhista**." *Revista de Estudos Sociais, 2019.

Souza, Renato. "**Desigualdade Social no Brasil: Causas e Consequências**." Revista Brasileira de Ciências Sociais, 2020.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Costa, Mariana. "**O Impacto das Reformas Neoliberais na Pobreza no Brasil.**" Estudos Avançados, 2021.

Ferreira, Luiza. "**O Desmonte do Estado de Bem-Estar Social no Brasil.**" Cadernos de Política Social, 2019.

Santos, Carlos. "**Resistência e Mobilização contra o Neoliberalismo no Brasil.**" Revista de Movimentos Sociais, 2022.

Alves, Giovanni. "**Reforma Trabalhista: Impactos e Consequências.**" Revista da Faculdade de Direito da UERJ, 2018.

Oliveira, Ana Clara. "**A Precarização do Trabalho no Brasil Pós-Reforma Trabalhista.**" *Revista de Estudos Sociais, 2019.

Souza, Renato. "**Desigualdade Social no Brasil: Causas e Consequências.**" Revista Brasileira de Ciências Sociais, 2020.

Santos, Carlos. "**Resistência e Mobilização contra o Neoliberalismo no Brasil.**" Revista de Movimentos Sociais*, 2022.